MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i24.16659

Racismo Epistemológico: Insurreição e Inserção de Saberes na Hierarquia das Relações Internacionais

Epistemological Racism: Insurrection and Insertion of Knowledge in the Hierarchy of International Relations

Racismo Epistemológico: Insurrección e Inserción de Saberes en la Jerarquía de las Relaciones Internacionales

Eric Rodrigues
Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil.
E-mail: ericrodrigues_@outlook.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-6764-5334

Resumo: Afirma-se recorrentemente que o marco histórico das relações internacionais – como objeto de estudo – se dá em 1648 com a Paz de Westfália ao se compreender a gênese dos Estados-nacionais modernos. Apesar de ser inegável o legado deixado pela lógica westfaliana e sua utilidade para o campo de estudos de Relações Internacionais (RI), a centralidade conferida a esse episódio configura um ponto de fratura na história das RI. Dividiu-se, a partir de então, o mundo entre os Estados que fizeram parte do tratado e os outros que foram excluídos dessa racionalidade de modernidade construída. Posto isso, este artigo está organizado em duas seções: na primeira parte se expõe como se deu o início do processo de formação hierárquica europeia/ocidental na disciplina. Por conseguinte, na segunda seção, são apresentadas as perspectivas conceituais de Ibn Khaldun e como suas contribuições atravessam as Relações Internacionais. Desse modo, chama-se atenção para a importância de um movimento de insurreição e inserção epistemológica com o fim de propiciar uma quebra na manutenção da hierarquia dos saberes científico-acadêmicos que fora edificada sob pressupostos racistas nas Relações Internacionais.

Palavras-chave: Racismo epistemológico; Westfália; Relações Internacionais.

Abstract: It is recurrently stated that the historical landmark of international relations – as an object of study – takes place in 1648 with the Peace of Westphalia, when understanding the genesis of modern nation-states. Despite the undeniable legacy left by the Westphalian logic and its usefulness for the field of International Relations (IR) studies, the centrality given to this episode configures a fracture point in the history of IR. From then on, the world was divided between the States that were part of the treaty and the others that were excluded from this rationality of constructed modernity. That said, this article is organized into two sections: the first part explains how the process of European/Western hierarchical formation in the discipline began. Therefore, in the second section, Ibn Khaldun's conceptual perspectives are presented and how his contributions cross International Relations. In this way, attention is drawn to the importance of a movement of insurrection and epistemological insertion in order to provide a break in the maintenance of the hierarchy of scientific-academic knowledge that had been built under racist assumptions in International Relations.

Keywords: Epistemological racism; Westphalia; International Relations.

Resumen: Se afirma de manera recurrente que el hito histórico de las relaciones internacionales -como objeto de estudio- se produce en 1648 con la Paz de Westfalia al comprender la génesis de los Estados-nación modernos. A pesar de ser innegable el legado dejado por la lógica westfaliana y su utilidad para el campo de estudios de Relaciones Internacionales (RI), la centralidad otorgada a este episodio configura un punto de fractura en la historia de las RI. A partir de entonces, el mundo se dividió entre los Estados que formaron parte del tratado y los demás que fueron excluidos de esa racionalidad de modernidad construida. Por lo tanto, este artículo está organizado en dos secciones: en la primera parte se expone cómo se dio inicio al proceso de formación jerárquica europea/occidental en la disciplina. En consecuencia, en la segunda sección se presentan las perspectivas conceptuales de Ibn Khaldun y cómo sus contribuciones atraviesan las Relaciones Internacionales. De este modo, se llama la atención sobre la importancia de un movimiento de insurrección e inserción epistemológica con el fin de propiciar una ruptura en el mantenimiento de la jerarquía de los saberes científico-académicos que fue edificada sobre presupuestos racistas en las Relaciones Internacionales.

Palabras clave: Racismo epistemológico; Westfalia; Relaciones Internacionales.

Recebido em: 01-01-2023

Aceito em: 01-10-2023

INTRODUÇÃO

É lugar-comum em textos e livros utilizados em cursos e disciplinas de caráter introdutório a afirmação de que o marco histórico e o início das relações internacionais – como objeto de estudo – se dá em 1648 com o tratado de Westfália, ou Paz de Westfália como também é conhecido, quando se compreende a legitimação dos intercursos de Estados-nacionais que, a partir desse momento, passam a ser reconhecidos como modernos e soberanos (ARRAES, GEHRE, 2013; PECEQUILO, 2004; SARFATI, 2005).

Apesar de ser inegável o legado deixado pela lógica westfaliana e sua utilidade para o campo de estudos de Relações Internacionais (RI), a centralidade conferida a esse episódio configura um ponto de fratura na história das RI, dividindo o mundo entre os Estados que fizeram parte do tratado e os outros que foram excluídos dessa racionalidade de modernidade construída. Com isso entende-se que "embora as questões de raça e racismo tenham sido frequentemente deixadas de lado nas RI contemporâneas, tais questões foram de fato parte integrante do nascimento da disciplina" (ANIEVAS, ANCHANDA, SHILLIAM, 2014, p. 2 – tradução livre[1]).

Com base nessa compreensão, surge a problemática que é disposta pelo exercício do modelo westfaliano de percepção do Sistema Internacional (SI), problemática essa que se caracteriza por uma narrativa e uma estrutura hierárquica normativa, situando Estados considerados ocidentais e não ocidentais (KAYAOGLU, 2010). Desse modo, os primeiros se institucionalizam com maior poder sobre os últimos, aplicando normas e princípios para a convivência na sociedade internacional que não alcançam os estados ditos não ocidentais. Assim, para que possam se integrar à essa lógica, parte-se do pressuposto da necessidade de passar por um processo de socialização dessas normas e princípios institucionais praticados nessa sociedade internacional que lhes é imposta (KAYAOGLU, 2010). Por essa razão, "a Europa fora o foco inicial do racismo, exploração e dominação imperial", visto que "o colonialismo e o imperialismo europeus foram projetos colaborativos que dependiam crucialmente de governos, grupos governantes e elites ao redor do mundo para o alcance de seu sucesso" (HALPERIN, 2006, p. 59 – tradução livre[2]).Portanto, devem-se evidenciar narrativas outras que fogem do ciclo vicioso da centralidade europeia para que haja um rompimento assertivo com a perspectiva westfaliana e seus fundamentos racistas. De modo que se faz precisa uma transformação epistemológica

1 Original em inglês: *Though questions of race and racism have been often side-lined to the margins of contemporary IR, such issues were in fact integral to the birth of the discipline.*

2 Original em inglês: *Europe was also the initial focus of European racism, exploitation, and imperial domination.* […] *European colonialism and imperialism was a collaborative project that crucially depended for its success on governments, ruling groups, and elites around the world*.

em Relações Internacionais, propiciando a inserção de discursos e conhecimentos que até os tempos atuais figuram como coadjuvantes, mas que desempenham papel fundamental na compreensão do objeto de estudo da disciplina e que se localizam, em termos de temporalidade, muito antes da data de 1648.

É com essa intenção de rompimento e transformação que se pretende dissertar neste artigo os contributos de Ibn Khaldun para as análises de Relações Internacionais. De forma tal que haja o afastamento dos holofotes westfalianos e eurocêntricos para uma abordagem pouco conhecida e discutida nos debates convencionais de RI. Visto que as concepções do polímata norte-africano possibilitam uma reconstituição histórica do passado da disciplina.

Com o vislumbre dessa contextualização, se tem a compreensão de Foucault (2010) acerca da insurreição dos saberes sujeitados como aqueles saberes que foram considerados hierarquicamente inferiores e desqualificados, insuficientes e não científicos. É desse modo que, para a realização deste empreendimento, utilizou-se o método arqueogenealógico, o qual propõe a se atentar aos jogos de luta e forças que constituem a história como a conhecemos. Portanto, há o intento de evidenciar fragmentos históricos que são acobertados em detrimento de uma prática discursiva que se mostrou como dominante, propiciando a construção de uma normativa epistemológica na disciplina de RI. Além disso, esta pesquisa foi conduzida por meio de procedimentos técnicos com pesquisas bibliográficas abarcando livros e artigos que perpassam o tema abordado.

Desse modo, para que esta discussão se faça inteligível, este artigo está estruturado – para além desta introdução e das considerações finais – em duas seções. A primeira seção expõe a construção da hierarquia epistemológica que gira em torno de uma Europa que passa a ser considerada moderna a partir do tratado de Paz de Westfália, em 1648, e suas reverberações para as RI e seu objeto de estudo. É cabido aqui salientar que as produções e obras originais deste autor são de difícil acesso devido às limitações linguísticas. Portanto, para que fosse possível a realização desta proposição analítica de modo a obedecer às suas devidas delimitações, na segunda seção é feita uma breve revisão bibliográfica acerca das perspectivas conceituais de Ibn Khaldun e seus entrelaçamentos com as Relações Internacionais, ao mesmo passo em que se intenta realizar o movimento genealógico. Assim, se evidencia a fulcral importância que essa perspectiva epistêmica – que fora desconsiderada – representa para uma compreensão mais abrangente e menos excludente desta disciplina. Para tanto, chama-se atenção para a sua insurreição e inserção na hierarquia epistemológica vigente nos estudos e produções científico-acadêmicas, de modo tal que se combata o racismo estrutural que fundamentou a construção da disciplina de RI.

A CONSTRUÇÃO DA HIERARQUIA EPISTEMOLÓGICA RACISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Afirma-se recorrentemente que o marco histórico das relações internacionais – como objeto de estudo – se dá em 1648 com o tratado de Paz de Westfália ao se compreender a gênese dos Estados-nacionais modernos (ARRAES, GEHRE, 2013; PECEQUILO, 2004; SARFATI, 2005). O referido tratado garantiu a soberania e a autodeterminação juntamente ao princípio de não intervenção em assuntos domésticos aos Estados que o compuseram (PECEQUILO, 2004; SARFATI, 2005), além de dar fim à uma série de guerras que perduravam há 30 anos na Europa. Brown, McLean e McMillan (2018) referem-se ao sistema westfaliano de estado como uma lógica que implica em uma clara cisura, a qual proporcionou o entendimento dos âmbitos doméstico e internacional, sendo assim passível de compreensão a nova logicidade de Estados então considerados modernos em relação aos modelos feudais.

Evans e Newnham (1998), para além, afirmam que o reconhecimento dos princípios de soberania e independência dos Estados – nesse novo sistema que se forma a partir de Westfália – se caracteriza por ser primordialmente europeu e cristão. Entende-se, então, que as suas regras e instituições não alcançavam o Islã ou o resto do mundo que se encontrava fora do eixo geopolítico ocidental e europeu, compreendendo uma "primazia do Ocidente em detrimento do resto" (ACHARYA, 2022, p. 27 – tradução livre[3]).

Essa característica define uma lógica hierárquica e racista na construção da narrativa que gira em torno de Westfália na qual Estados chamados não-ocidentais carecem das normas, princípios e instituições que são ditadas por Estados considerados ocidentais. Kayaoglu (2010), levando em consideração essa característica hierárquica normativa da sociedade internacional, discorre que esse cenário seria passível de mudança desde que os primeiros passem por uma socialização das regras impostas pelos últimos. Ainda que realizando tal movimento, a sua inserção nessa lógica não seria acompanhada de uma ascensão, permanecendo em baixas posições na hierarquia definidora da sociedade internacional.

Para mais, Evans e Newnham (1998) dissertam que apesar de o acordo de Westfália ter sido um evento marcante e a suposta 'gênese' do sistema moderno de estados soberanos, práticas de soberania já existiam muito antes e condutas consideradas medievais persistiram por muito tempo após o tratado. Com isso, compreende-se Kayaoglu (2010) quando escreve que o estabelecimento das estruturas westfalianas não tomaram forma essencial logo após

3 Original em inglês: [...] *primacy of the West over the rest* [...].

ao firmamento do tratado, em 1648, mas somente no século XIX quando o direito natural deu lugar ao positivismo jurídico. O autor cita diversos juristas os quais reiteravam a superioridade da ordem europeia composta por estados soberanos e seculares moldados pela Paz de Westfália (KAYAOGLU, 2010).

Faz-se aqui uma chamada de atenção: Kayaoglu (2010) sinaliza que Estados considerados não-ocidentais não tinham lugar dentro dos princípios westfalianos da lei e do direito internacional, pois não faziam parte da assinatura do tratado original de 1648. Assim, essa narrativa reifica uma visão histórica que apela para a justificativa de uma superioridade política e intelectual europeia, na mesma medida em que toma o ocidente como fonte e modelo de tolerância política e religiosa para a sociedade internacional (KAYAOGLU, 2010).

Reforçando essa linha de pensamento, Kayaoglu coloca que

> [...] no final do século XIX, a maioria dos juristas internacionais considerava a existência de uma hierarquia normativa como a divisão natural do sistema internacional. Combinado com outras discriminações hierárquicas do século XIX, como o racismo científico, o direito internacional "científico" permitiu aos juristas argumentar que a combinação única de racionalidade e cultura que existia na Europa possibilitou que a ordem política europeia evoluísse para resultados mais eficientes, fomentados pela Paz de Westfália e reforçados por tratados e convenções subsequentes (KAYAOGLU, 2010, p. 202 – tradução livre[4]).

Desta forma, ao passo que tal narrativa é tomada como legítima, os problemas e crises internacionais do século XIX situados no extremo oriente e na África, por exemplo, se tornam de fácil compreensão por via da justificativa da ausência de uma ordenação político-religiosa ocidental nessas regiões (KAYAOGLU, 2010).

Posto isso, tem-se que, por conseguinte, a expansão da ordem e superioridade europeia para esses locais, que se deu por meio de práticas colonialistas sob a premissa de um processo civilizador. Uma vez que

> Uma teleologia evolutiva supremacista branca informou as políticas domésticas e internacionais dos principais estados ocidentais e racionalizou suas políticas de dominação racial branca sintetizadas na escravidão, conquista imperial, colonização e

4 Original em inglês: [...] *by the end of nineteenth century most international jurists took the existence of a normative hierarchy as the natural division in the international system. Combined with other nineteenth-century hierarchical discriminations, like scientific racism, ''scientific'' international law allowed jurists to argue that the unique combination of rationality and culture that existed in Europe enabled the European political order to evolve toward more efficient outcomes, fueled by the Peace of Westphalia and bolstered by subsequent treaties and conventions.*

> genocídio. Nessa concepção, os brancos eram considerados +favorecidos por Deus e biologicamente distintos dos não-brancos (HENDERSON, 2014, p. 20 – tradução livre[5]).

Adiciona-se à essa perspectiva que as raças não-brancas não somente eram tomadas como "biologicamente inferiores aos brancos, mas também em um estado de conflito quase perpétuo; portanto, a "missão civilizadora" daqueles que assumiriam o "fardo do homem branco" poderia ser imposta pela força" (HENDERSON, 2014, p. 20 – tradução livre[6]). Portanto, essa justificativa não somente deu fundamentação a tais práticas, como também foram permitidas por via de um embasamento intelectual de superioridade racial (HENDERSON, 2014).

Dando prosseguimento, Blachford (2021) explica que a disciplina de Relações Internacionais (RI) e seu objeto de estudo permanecem atados em uma narrativa estruturante que gira em torno da lógica europeia de Estados e do discurso anárquico. Tal condição se deve a interação limitada que RI possui com a história mundial, uma vez que é perceptível sua concentração voltada para essa versão estreita e limitante do sistema de Estados europeus e seus intercursos que remontam desde a conhecida data de 1648 até a contemporaneidade (BLACHFORD, 2021). Tendo em vista esse contexto, Henderson (2014, p. 20 – tradução livre[7]) adiciona que, ao abordar racismo em Relações Internacionais, "não se trata simplesmente de fanatismo ou preconceito, mas crenças, práticas e políticas que refletem e são apoiadas pelo poder institucional, principalmente o poder estatal".

Assim, as compreensões acerca do desenvolvimento histórico, no âmbito das relações internacionais, permanecem sob o seio de uma narrativa simplista fundamentada em preceitos racistas. Por tanto, faz-se necessária uma releitura desses processos de formação da história moderna como a conhecemos, por meio do estudo de eventos e cenários que precedem o Tratado de Westfália que, frequentemente, figura como prelúdio explicativo dos repetitivos relatos presentes em RI (BLACHFORD, 2021).

Ademais, tem-se que relativamente a esse movimento de envolvimento com a história pré-westfaliana, frequentemente se o faz como uma manobra para o tecimento de críticas à

5 Original em inglês: *A white supremacist evolutionary teleology informed the domestic and international policies of major Western states and rationalised their policies of white racial domination epitomised in slavery, imperial conquest, colonisation, and genocide. In this conception, whites were assumed to be favored by God and biologically distinct from nonwhites.*

6 Original em inglês: […] *biologically inferior to whites but also in a state of almost perpetual conflict; therefore, the "civilising mission" of those who would take up the "white man's burden" could be imposed by force*.

7 Original em inglês: *It is not simply bigotry or prejudice, but beliefs, practices, and policies reflective of and supported by institutional power, primarily state power.*

ausência de normas e ideias ocidentais e seculares característicos de Estados soberanos, visto que "o conceito de civilização europeia como medida de progresso e ordem política moldou profundamente a forma como as RI se relacionam com a história" (BLACHFORD, 2010, p. 7 – tradução livre[8]).

A centralidade temporal que gira ao redor de 1648 parte de um pressuposto da ótica dos Estados e repousa seu olhar analítico somente nas relações exercidas sobre esses entes políticos. Dessa forma, excluem-se outros horizontes de análise com demais atores que possuem plena relevância para a compreensão das RI em seu amplo espectro. Blachford (2010) traz à exemplo a inclusão da história de povos nômades como agentes de grande influência nas relações transnacionais pré-westfalianas, de modo a observar o internacional para além da Europa e conectar essas histórias ao centro da disciplina, deixando de analisá-la de forma singular e excludente.

Além disso, o fato de o episódio da Paz de Westfália não ser amplamente conhecido em ambientes exógenos à disciplina – menos ainda como um grande marco na história mundial – somente reafirma a sua posição estrutural sistematicamente enviesada na área de Relações Internacionais e nas análises de seu objeto de estudo. (ATAKA, SHIBASAKI, YAMASHITA, 2021).

Ataka, Shibasaki e Yamashita (2021) discorrem que o fato de demais narrativas não alcançarem o *mainstream* das relações internacionais se deve pela construção de uma história dominante que tem o intuito validar o mundo em que esse 'mito westfaliano' foi criado e difundido. Sendo, assim, faz-se precisa a substituição dessa narrativa central por uma interpretação que considere alternativas históricas, de modo a intervir nesse *continuum* característico do processo de manutenção de valores westfalianos, possibilitando uma reestruturação de normas dentro do objeto de estudo da disciplina (ATAKA, SHIBASAKI, YAMASHITA, 2021).

Os autores traçam apontamentos às contribuições de Kayaoglu (2010) – embora reconheçam a validade das críticas à questão posta – enfatizando que abordar esse viés estrutural somente por um aspecto binário de 'ocidente' e 'não-ocidente' tende à uma visão estreita e limitada acerca da discussão, uma vez que apesar de

> certamente ser verdade que o mundo não-ocidental foi forçado a aderir estritamente ao roteiro cognitivo, como visto pelo surgimento e desenvolvimento das normas westfalianas acima [...], também há casos em que as elites não ocidentais se apropriaram do quadro normativo de origem europeia para alcançar a independência

8 Original em inglês: *The concept of European civilization as a measure of progress and political order has deeply shaped the way IR engages with history.*

> ou estabelecer um regime autoritário (ATAKA, SHIBASAKI, YAMASHITA, 2021, p. 41 – tradução livre[9]).

Verifica-se, sob essa ótica, que a problemática se estende para além da discussão relativamente ao eurocentrismo propriamente dito, alcançando características instrumentais de uma violência estrutural (ATAKA, SHIBASAKI, YAMASHITA, 2021). Destarte, é possível observar tal violência sob perspectivas diversas, sendo uma delas o foco deste artigo, quando se questiona a manutenção da hierarquia epistemológica racista prevalecente em Relações Internacionais que, em suas limitações, se mostra profundamente excludente.

Diante dessa contextualização, Tripathi (2021, p. 3) discorre que "como em outras disciplinas acadêmicas, as RI têm dado primazia ao conhecimento e teorias do norte/ocidente, muitas vezes com base em seu rigor científico percebido como superior[10]". O autor trata a respeito da produção acadêmica na área como estruturalmente enviesada, a qual coloca o norte global no topo da hierarquia em detrimento das obras e criações advindas do sul global que figuram de modo marginal. Dessa forma, ocasiona-se uma conjuntura impugnável, "[...] não apenas porque o conhecimento emerge de uma perspectiva ocidental, mas porque assume uma ontologia e uma epistemologia universais para a disciplina" (TRIPATHI, 2021, p. 4 – tradução livre[11]).

O autor traz como decorrência dessa logicidade a característica fragmentadora atribuída às relações globais pós-coloniais advinda da concepção de geopolítica do conhecimento. Tal construção suscita uma divisão entre os entes considerados como aqueles que efetivamente produzem conhecimentos tomados como "válidos" e "científicos" de outros que são relegados a essa racionalidade imposta na academia. Assim, faz-se imperiosa uma "[...] busca contínua por metodologias que não silenciem ou degradem vozes menos poderosas" (TRIPATHI, 2021, p. 5 – tradução livre[12]).

9 Original em inglês: *It is certainly true that the non-Western world was forced to strictly adhere to the cognitive script, as seen by the emergence and development of Westphalian norms above. Yet there are also instances where the non-Western elites have appropriated the normative framework of European origin to achieve independence, or to establish an authoritarian regime*.

10 Tradução livre do original em inglês: *As in other academic disciplines, IR has accorded primacy to northern/ western knowledge and theories, often based on their perceived superior scientific rigour.*

11 Original em inglês: [...] *not merely because knowledge emerges from a Western perspective, but because it assumes a universal ontology and epistemology for the discipline.*

12 Original em inglês: [...] *continue their search for methodologies that do not silence or degrade less powerful voices.*

Essa hierarquia epistemológica reforça a segregação em variados campos de pesquisas na disciplina de RI que acabam sendo geopoliticamente constrangidas[13]. Suprimindo, ainda, produções que abordam temáticas localizadas fora dos eixos do *mainstream* da área, deixando-as às margens dos grandes debates e que, por vezes, figuram de modo tangencial nas discussões e desenvolvimentos das Relações Internacionais.

Siba Grovogui (2006) aponta que é condição comum nas ciências a revisitação de fundamentos ontológicos e epistemológicos, por parte dos estudiosos, referente às suas abordagens disciplinares. Nesse sentido, o autor reitera que qualquer consideração feita em relações internacionais necessariamente omite dimensões que seriam cruciais para a investigação do objeto que se pretende compreender. Para mais, a existência dessas lacunas, entre a realidade e os relatos produzidos sobre ela, por si só já se apresentam como um espaço a ser estudado e investigado, sendo essa uma das razões pelas quais a ciência tomada como normal ou incontestável demanda revisitação acerca das verdades disciplinares que são apresentadas (GROVOGUI, 2006).

O autor aprofunda sua articulação acerca do que se compreende por regimes de verdade, descrevendo-os como suposições equivocadas que se produzem e reproduzem relativamente – exemplifica Grovogui (2006) – às temáticas não-ocidentais, às linhas de investigação científica e soluções para questões existenciais, uma vez que

> Esses regimes de verdades foram favorecidos por indivíduos e entidades com poder e influência na determinação da identidade disciplinar, juntamente com suas ideias, conceitos e textos essenciais. Esse contexto institucional gerou uma ambivalência em relação a verdades e indagações externas – incluindo significações e racionalidades não-ocidentais. Em última instância, ajudou a obscurecer as relações entre identidade e ciência, verdade e métodos, normatividade e pragmatismo (GROVOGUI, 2006, p. 4 – tradução livre[14]).

Com isso, Grovogui (2006) disserta que há consciência entre os teóricos críticos e sociais acerca desse pluralismo intelectual e da heterogeneidade de significações e ideias no campo disciplinar de RI. Contudo, ainda prevalecem aqueles pressupostos de origens ocidentais tomados como primordiais. Ocasiona-se, por conseguinte, que métodos e cânones analíticos

13 Vide, por exemplo, a produção de Lohaus e Wemheuer-Vogelaar (2021).

14 Original em inglês: *These regimes of truths were favored by individuals and entities with power and influence over the determination of disciplinary identity, along with its essential ideas, concepts, and texts. This institutional context generated ambivalence toward outside truths and inquiries—including non-Western intentions and rationalities. Finally, it helped to obscure the relationships between identity and science, truth and methods, normativity and pragmatism.*

permanecem sob a primazia acadêmica ocidental, "[...] enquanto os olhares [...] que buscam as curas para patologias globais necessariamente se voltam para o não-ocidente" (GROVOGUI, 2006, p. 5 – tradução livre[15]), como se essas regiões necessitassem de algum tipo de intervenção normalizante.

Tem-se, assim, que essa estrutura sustenta e assegura que "o corpo de conhecimento disciplinar seja constituído por representações ocidentais inexpugnáveis de si e dos outros[16]" de maneira tal que "nenhum pensamento disciplinar seja possível sem os filtros do olhar ocidental e seus aparatos históricos, antropológicos e estéticos[17]" (GROVOGUI, 2006, p. 5). Adiciona-se a esse cenário que "o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer o seu poder soberano" (FOUCAULT, 2010, p. 217).

À vista disso verifica-se que, ao efetuar um movimento de retomada que remonte aos contextos de formação do considerado Estado moderno, em 1648, é possível assimilar e entender a gênese do processo de constituição e desenvolvimento desse sistema hierárquico vigorante que tolhe epistemologias não-centrais em RI. Assim é de forma tal que a logicidade europeia/ocidental desempenhou papel substancial na concepção das premissas e asserções do campo. Para mais, se exerce, até hoje, a manutenção do *status quo* e dos axiomas normativos ocidentais presentes na disciplina, os quais são amplamente instituídos como os únicos válidos para produção de ciência nas RI e compreensão das relações internacionais.

Sendo assim, é indispensável a realização de um deslocamento em âmbito acadêmico para que epistemologias outras possam integrar substancialmente as dimensões analíticas dessa área de estudos. Possibilita-se, dessa maneira, uma quebra na lógica hierárquica corrente de modo que se potencialize e desenvolva o espectro plural de epistemes no seio da disciplina. Tem-se, com isso, a finalidade de que vozes e discursos silenciados e tomados como inválidos possam insurgir e ser inseridos na corrente central dos debates empreendidos em Relações Internacionais junto ao seu objeto. Dessa forma, evidenciam-se significações que outrora acabaram por representar erroneamente conhecimentos julgados como não-científicos, uma vez que figuravam de maneira aquém dos padrões, regras e normas em vigor no *mainstream* das RI.

15 Original em inglês: [...] *while the antiseptic gazes, the ones seeking cures for global pathologies, necessarily turn toward the non-West.*

16 Tradução livre do original em inglês: [...] *the body of disciplinary knowledge is constituted by impregnable Western representations of self and others.*

17 Tradução livre do original em inglês: [...] *no disciplinary thought is possible without the filters of the Western gaze and its historical, anthropological, and aesthetic apparatuses.*

Tendo em conta esse contexto, a próxima seção busca evidenciar alternativas de como esse rompimento normativo pode ser viabilizado, vislumbrando uma potencial – ainda que singela – transformação no cerne das Relações Internacionais. Procura-se realizar essa quebra por meio das contribuições conceituais do polímata norte-africano Ibn Khaldun que atravessam a disciplina de RI. Tal procedimento se dá com o intuito de tirar os holofotes da centralidade europeia/westfaliana para focar em uma abordagem pouco conhecida e difundida nos grandes debates convencionais da área. Leva-se em consideração que redirecionar a ótica para outras regiões do globo com suas devidas percepções de ordem mundial, e deslocar o foco do mainstream ocidental de produção político-científico-acadêmica, proporciona reflexão sobre uma mudança na história como a conhecemos (PASHA, 1997).

Para que este empreendimento seja plenamente inteligível, é empenhada a metodologia arqueogenealógica apresentada pelo filósofo francês Michel Foucault, amplamente estudado na vertente pós-estruturalista das Relações Internacionais. Tem-se com isso o propósito de evidenciar e compreender as exclusões epistemológicas na medida em que se faz uso dos aportes conceituais do pensador árabe Ibn Khaldun. Possibilita-se, assim, a compreensão desse cenário como somente um dentre os incontáveis exemplos de subjugação epistêmica em RI. Concomitantemente, evidencia-se sua medular importância para a plena compreensão do objeto de estudo da disciplina, à proporção que – contrariamente como se institui na larga maioria dos debates científicos, doutrinários e ortodoxos – não se suprimem narrativas e não se invalidam conhecimentos essenciais às relações internacionais.

INSERÇÃO E INSURREIÇÃO EPISTEMOLÓGICA NA HIERARQUIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Na seção anterior foram expostos os pontos fulcrais acerca da construção da estrutura hierárquica epistemológica e de sua manutenção na disciplina de Relações Internacionais. Deve-se, agora, realizar um deslocamento que possibilite assimilar epistemologias outras para além da centralidade westfaliana em vigor nas RI. Como dito, a abordagem das contribuições científicas de Ibn Khaldun suscita tal movimento de transformação na logicidade europeia/ocidental.

Ibn Khaldun (1332 – 1406) é considerado um polímata pois recebeu formação em diversos ramos do aprendizado árabe - Alcorão, gramática, linguagem, direito, lógica, matemática, filosofia, ciências naturais, tradições e poesia – ocupando, posteriormente, variados cargos

no governo espanhol e no Egito (BROWN, MCLEAN, MCMILLAN, 2018). Ibn Khaldun viveu em uma época de grande instabilidade no mundo islâmico, de modo tal que suas pesquisas se voltaram para a "[...] compreensão e significado da história que vivenciou, na ascensão e queda de dinastias ou estados (dawla), examinando o desenvolvimento das estruturas internas da sociedade (BROWN, MCLEAN, MCMILLAN, 2018, p. 270 – tradução livre[18])Ibn Khaldun foi um influente filósofo árabe que precedeu muitos dos temas relacionados à teoria internacional moderna, sendo majoritariamente conhecido por seu trabalho "The Muqaddima", demasiado influente para a filosofia social e política na região amplamente conhecida por Oriente Médio, mas largamente negligenciado na extensão anglo-americana do mundo (EVANS, NEWHAM, 1998).

Com essa perspectiva em mente, Pasha (1997) disserta que desenvolver um debate que quebre paradigmas acerca dos aspectos civilizacionais islâmicos, por exemplo, permite avançar em discussões acerca de relações internacionais mais universalizadas, uma vez que

> Tais complexos [civilizacionais] não devem ser entendidos como entidades que estão fora das forças motrizes da transformação histórica ou atribuídas ao status depreciativo de 'pré-história' - eles fazem parte do movimento da história. Além disso, apreciar plenamente, por exemplo, as complexidades e contradições dos aspectos islâmicos da civilização pode ajudar a libertar nossa imaginação dos grilhões culturais associados às ortodoxias predominantes (PASHA, 1997, p. 56 – tradução livre[19]).

Verifica-se tal exposição de Pasha (1997) ao passo que o autor trata acerca da perspectiva de Ibn Khaldun sobre o que pode ser compreendido como ordem mundial. Evidência é dada ao pensador árabe como um "elo entre uma consciência histórica mais inclusiva e uma postura hegemônica (e, portanto, exclusivista) no *mainstream* das Relações Internacionais[20]" uma vez que Ibn Khaldun representa a consciência incorporada do mundo islâmico, reconhecendo intersubjetividades alternativas da concepção da história universal (PASHA, 1997, p. 62).

18 Original em inglês: […] *understanding and meaning of the history through which he had lived, focusing on the rise and fall of dynasties or states (dawla), examining the development of the internal structures of the society in which he lived.*

19 Original em inglês: *Such complexes should not be understood as entities that are outside of the driving forces of historical transformation or assigned the disparaging status of 'pre-history' - they are part of the movement of history. Also, to fully appreciate, for example, the complexities and contradictions of Islamic aspects of civilisation may help free our imagination from the cultural fetters associated with prevailing orthodoxies.*

20 Tradução livre do original em inglês: […] *a link between a more inclusive historical consciousness and a hegemonic (and therefore, exclusivist) stance in mainstream International Relations*.

Entende-se que, a partir dessa perspectiva,

> [...] Ibn Khaldun oferece a oportunidade de recuperar a dialética interna do Islã, tanto por ser anterior à hegemonia europeia quanto por ter sido radicalmente reconstituída com a ascensão do Ocidente. Ao examinar a particularidade de civilizações distintas dentro da estrutura comum da história universal, Ibn Khaldun fornece uma visão do mundo muçulmano, entendido no contexto da história mundial (PASHA, 1997, p. 62 – tradução livre[21]).

Segue-se a essa linha de pensamento que Ibn Khaldun era, ao mesmo tempo, um pensador universal da história mundial pois tentava compreender a sociedade como um todo em busca de uma sintetização da civilização humana (PASHA, 1997). Adiciona-se também que o cientista norte-africano pôde antecipar a corrente humanista pós-positivista quando afirma que as forças materiais, estados e civilizações são propícios e subordinados à mudança dialética, sendo, por conseguinte, o que se entende por ordem mundial apenas como uma configuração momentaneamente estática das relações sociais em proporções globais incutida da intencionalidade humana (PASHA, 1997).

Além disso, Pasha (1997, p 63 – tradução livre[22]) reitera que, para Ibn Khaldun, todos os pressupostos e afirmações "[...] sobre mundos idealizados e preferidos negam o contexto social de sua origem. A base de uma civilização universal está no mundo como ele é, mas também um mundo que foi feito com a intencionalidade humana [...]" de tal modo que para se ambicionar mundos melhores deve-se primeiro compreender a história (PASHA, 1997).

Engin Sune (2016), por sua vez, traz uma revisão acerca do sistema de pensamento de Ibn Khaldun e a Teoria de Relações Internacionais, visualizando como os entendimentos teóricos do pensador árabe influenciam e se relacionam com questões em RI apesar de não comporem uma teoria plenamente concebida na disciplina. Alguns dos principais conceitos teóricos do polímata tunisino e expostos por Sune (2016) são:

> [...] *umran* (civilização), *asabbiyah* (princípio constitutivo), estado e autoridade do estado e *bedavet* e *hadaret* (vida urbana e rural). O conceito de *umran* se assemelha ao termo *civilização*, mas define a vida social com todos os seus aspectos. Nesse sentido, *umran* é visto como um produto integral dos seres humanos. [...] Outro conceito, conforme indicado acima, é *asabbiyah*, que define os principais elementos que

21 Original em inglês: […] *Ibn Khaldun affords the opportunity to recover Islam's internal dialectic, both as it predates European hegemony and as it was radically reconstituted with the rise of the West. In examining the particularity of distinct civilisations within the common framework of universal history, Ibn Khaldun provides insight into the Muslim world, understood in the context of world history.*

22 Original em inglês: [...] *about idealised and preferred worlds disown the societal context of their inception. The basis of a universal civilisation lies in the world as it is, but also a world that has been made with human intentionality* […].

> induzem os seres humanos a formar uma sociedade. *Mulk*, por outro lado, descreve uma organização dotada de soberania. Nesse sentido, diz-se que o objetivo final de um *asabbiyah* é considerado o *mulk*, ou uma tomada de autoridade estatal. Nesse contexto, Ibn Khaldun percebe o Estado como um avatar do *umran*, que, por sua vez, é composto pela vida *bedevi* (vida rural) e vida *hadari* (vida urbana) (SUNE, 2016, p. 81-82 – tradução livre com grifos no original[23]).

Dessa forma, verifica-se a pertinência entre os conceitos teóricos de Ibn Khaldun e as suas significações para as Relações Internacionais, dado que essas premissas perpassam as definições abordadas na disciplina relativamente a temas políticos e sociais. Assim, Sune (2016) disserta sobre a relevância que as contribuições do polímata árabe desempenham para a compreensão de Relações Internacionais descentralizadas do norte-europeu, além de representar uma originalidade teórica considerada não-ocidental que precede as normativas epistemológicas do *mainstream* da disciplina. À vista disso

> [o autor Seyfi Say] postula que o positivismo permite que as teorias de RI centradas no Ocidente afirmem o objetivismo e o universalismo ao negligenciar o fato de que eles são um produto de suas próprias condições históricas. Ele sustenta que a civilização como nível de análise pode ser útil para ir além do centrismo ocidental. Nesse sentido, ele aponta para Ibn Khaldun pela abordagem historicista e civilizacional. Ele afirma que Ibn Khaldun não aceita os entendimentos unitários de Estado das teorias dominantes e os vê como funcionalmente diferentes. Say observa que Ibn Khaldun sublinha não apenas a diferença entre os Estados, mas também aponta a transformação estrutural desencadeada pelo tempo e pelo espaço de tais diferenças. Nesse sentido, Say afirma que Ibn Khaldun tem uma perspectiva histórica que reflete sobre as mudanças no contexto do tempo e do espaço. Dessa forma, segundo Say, Ibn Khaldun aparece como uma referência importante para captar a mudança, o dinamismo e a renovação das RI. Além disso, sua ciência *umran* afirma nos permitir ir além da abordagem centrada no estado e pensar sobre as civilizações como a unidade de análise nas relações internacionais (SUNE, 2016, p.84 – tradução livre[24]).

23 Original em inglês: [...] umran *(civilization),* asabbiyah *(constitutive principle), state and state authority and* bedavet *and* hadaret *(urban and rural life). The concept of* umran *resembles the term* civilization *but it defines social life with all of its aspects. In this sense, umran is viewed as an entire product of human beings.* [...] *Another concept, as indicated above, is* asabbiyah*, which defines the main elements that induce human beings to form a society.* Mulk*, on the other hand, describes an organization equipped with sovereignty. In this sense, the ultimate target of an* asabbiyah *is said to be the* mulk *or, a takeover of state authority. Within this context, Ibn Khaldun perceives the state as an avatar of* umran*, which, on the other hand, is composed of* bedevi *life (rural life) and* hadari *life (civilized life)*.

24 Original em inglês: [Say] *claims that positivism enables Western-centric IR theories to assert objectivism and universalism by neglecting the fact that they are a product of their own historical conditions. He maintains that civilization as a level of analysis may be useful to get beyond Western centrism. In this sense, he points to Ibn Khaldun for the historicism and civilizational approach. He states that Ibn Khaldun does not accept dominant theories' unitary understandings of state and views them as functionally different. Say notes that Ibn Khaldun underlines not only the difference between states but also points out the structural transformation of such differences triggered by time and space. In this sense, Say claims that Ibn Khaldun has a historical perspective that reflects on changes in the context of time and space. In this way, according to Say, Ibn Khaldun appears as an important reference to capture the change, dynamism and renewal of IR. Furthermore, his* umran *science claims to enable us to go beyond the state-centric approach and think about civilizations as the unit of analysis in international relations.*

A partir de tal perspectiva, pode-se verificar a pertinência do pensamento de Ibn Khaldun com temas que atravessam as relações internacionais mesmo antes do que se compreende como a sua gênese. Dessa maneira, permite-se reconstruir um passado intelectual e histórico anterior ao recorte temporal de Westfália e que, assim, proporcione vislumbrar uma fuga ao tempocentrismo (Blachford, 2021) costumeiramente presente em análises nas RI que reclamam à data de 1648 como ponto de partida para o objeto de estudo da disciplina.

Assim, com o entendimento dessa contextualização, tem-se a compreensão do que Michel Foucault denomina de saberes sujeitados, como aqueles saberes que foram considerados desqualificados, insuficientes e, por conseguinte, não científicos. Dessa maneira, o que Foucault (2010, p. 8) percebe como saberes sujeitados se dá, "em suma, [por] conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais".

Destarte e em consonância com os argumentos já evidenciados acerca da centralidade científico-acadêmica pertinente nas produções em RI, "apenas os conteúdos históricos podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar" (FOUCAULT, 2010, p. 8).

Desse modo, os saberes sujeitados podem ser compreendidos como "blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos", os quais são capazes de se fazer reaparecer por meio da crítica a esses referidos conjuntos (FOUCAULT, 2010, p. 8).

Para mais, o filósofo francês adiciona que, de outra perspectiva, existe a compreensão desses saberes sujeitados como saberes "não conceituais" ou mesmo "insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos" para que pudessem se caracterizar como válidos (FOUCAULT, 2010, p. 8).

Foucault (2010, p. 9) frisa que tais saberes não se enquadram em uma categoria de "saberes comuns" ou de "bom senso", mas que se destacam como saberes particulares, locais, regionais, diferenciais, saberes que não são capazes de unanimidade e que "se opõe[m] a todos aqueles que o[s] rodeiam". Destarte, a realização de tal movimento de insurreição desses saberes, tomados outrora como inválidos e desqualificados, é delineado pelo que Foucault (2010) denomina de genealogia. De modo tal que esse deslocamento genealógico somente é possível por meio da revogação da "tirania dos discursos englobadores, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas" (FOUCAULT, 2009, p. 9).

O autor busca evidenciar que o empreendimento genealógico trata

> "de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um *conhecimento verdadeiro*, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns" (FOUCAULT, 2010, p. 10 – grifo nosso)

Desse modo, de acordo com Foucault (2010, p. 10) a genealogia trata propriamente da insurreição de saberes, como posto anteriormente, "mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição a ao funcionamento de um discurso científico". A genealogia é, então, o movimento que proporciona o combate aos discursos considerados científicos em prol daqueles que insurgirão em contraposição (FOUCAULT, 2010).

Com a proposição de inserir esses saberes na hierarquia do poder, a genealogia figura como esse empreendimento que possibilita "dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres", ou, em outros termos, fazer com que sejam "capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso unitário, formal e científico" (FOUCAULT, 2010, p. 11).

Sendo que, para essa asserção que se apresenta seja viável, a arqueologia se configura como o método de análise imprescindível para as "discursividades locais", em adição ao empreendimento genealógico como "tática que faz intervir" aqueles "saberes sujeitados" que, por conseguinte, se apartam e se tornam livres (FOUCAULT, 2010, p. 11).

Consoante às explanações acima, Burchill *et al* (2005) dissertam que a genealogia pode ser entendida como uma tomada de pensamento histórico ao evidenciar as relações de poder-saber, além de trazer para a constituição da história questões que, em um primeiro olhar, se pensava estar além ou aquém da própria história.

Por isso é que se tem que

> A história procede como uma série de dominações e imposições no saber e no poder, e a tarefa do genealogista é desvendar a história para revelar as múltiplas trajetórias que foram fomentadas ou fechadas na constituição de sujeitos, objetos, campos de ação e domínios de conhecimento. Além disso, de uma perspectiva genealógica, não há uma única grande história, mas muitas histórias entrelaçadas que variam em seu ritmo, andamento, e efeitos de poder-saber (BURCHILL *et al*, 2005, p. 163 – tradução livre[25]).

25 Original em inglês: *History proceeds as a series of dominations and impositions in knowledge and power, and the task of the genealogist is to unravel history to reveal the multifarious trajectories that have been fostered or closed off in the constitution of subjects, objects, fields of action and domains of knowledge. Moreover, from a genealogical perspective there is not one single, grand history, but many interwoven histories varied in their rhythm, tempo, and power–knowledge effects.*

Para mais, é reforçado que a abordagem genealógica é orientada de forma que seja antiessencialista, uma vez que a genealogia parte do pressuposto de que todo conhecimento se instala e estabelece em determinado lugar e tempo, não sendo livre de enviesamento e passível de ser determinado por um dado ponto de vista (BURCHIL *et al*, 2005). Por isso que se deve buscar a insurreição dos saberes enterrados e engessados para que, então, possam ficar livres.

Pode-se, assim, fazer uma interligação direta com os escritos de Blachford (2021, p. 8 – tradução livre[26]), quando o autor relata que "uma narrativa histórica singular da ascensão dos Estados-nação europeus e 1648, portanto, disfarça as múltiplas histórias interconectadas e as relações transnacionais que moldaram a política global". Ao mesmo passo em que o autor exemplifica por meio de histórias que foram distanciadas do *mainstream* das RI, que são

> [...] os exemplos da história medieval, Bizâncio, os otomanos e povos nômades [que] compartilham um tema comum na forma como suas histórias são relegadas a um status secundário. Quando são reconhecidos dentro das RI, muitas vezes é por meio de um argumento essencialista em que são vistos como primordiais e imutáveis. Em vez de ver as conexões entre esses exemplos e a história do internacional, seu papel é visto apenas como um exemplo de atraso e alteridade (BLACHFORD, 2021, p. 8 – tradução livre[27]).

Dessa forma, a genealogia se mostra essencial na concepção histórica de "identidades, unidades, disciplinas, sujeitos e objetos", uma vez que problematiza essas formações identitárias que traçam e representam o que se considera como natural e normal, ao mesmo tempo em que tais identidades são tomadas como dogmas e convenções do que se assume como norma dentro da história (BURCHILL, 2005, p. 166 – tradução livre[28]).

Partindo desse pressuposto de realização de um deslocamento arqueogenealógico nos preceitos históricos de formação e concepção das Relações Internacionais, é possível compreender a forma como as conceituações de Ibn Khaldun foram relegadas a um papel secundário na disciplina. Essa perspectiva torna-se, então, evidente a partir do momento em que as produções do polímata passam a ser percebidas como centrais para a compreensão de conceitos estudados em RI.

---

26 Original em inglês: *A singular historical narrative of the rise of European nation-states and 1648, therefore, disguises the multiple interconnected histories and transnational relations that have shaped global politics.*

27 Original em inglês: […] *the examples of medieval history, Byzantium, the Ottomans, and nomadic peoples share a common theme in the way their histories are relegated to secondary status. When they are recognized within IR, it is often through an essentialist argument in which they are seen as primordial and unchanging. Instead of viewing the connections between these examples and the history of the international, their role is seen only as an example of backwardness and otherness.*

28 Original em inglês: *identities, unities, disciplines, subjects and objects.*

Observa-se que ao se aprofundar nos entendimentos de Ibn Khaldun em comparação aos outros projetos políticos de interpretação da história e sociedade, torna-se perceptível o modo como os princípios históricos são produtos de sua cultura, ao mesmo passo em que são moldados e construídos sobre padrões institucionais e estruturais que, propositalmente, excluem e silenciam certos conhecimentos em prol da valorização de outros (SALAMA, 2011).

Para mais, se tem que o eurocentrismo passou a ser objeto de análises mais minuciosas a partir do momento em que se questiona a concepção do conhecimento científico de forma mais concisa (SALAMA, 2011). Desse modo, torna-se patente a construção e reprodução de linhas fraturantes – pela própria elite científico-acadêmica – que precisamente distinguem as culturas do que se passou a entender como ocidente e, por outro lado, o que se compreende por oriente ou Islã, por exemplo (SALAMA, 2011). Além disso,

> Não há dúvida de que o legado de Ibn Khaldun foi afetado por essas distinções, que não são apenas coisas do passado, mas permanecem realidades vivas. A própria ideia de "Europa", assim como a ideia de "Islã", é inevitavelmente moldada por fortes contrastes uma com a outra. Essa ideia continuará viva enquanto a tensão entre as práticas excludentes de reivindicações pseudo-universalizantes da história intelectual ainda ditar nossas escolhas críticas (SALAMA, 2011, p. 101 – tradução livre [29]).

Destarte, fica nítida a importância do empreendimento arqueogenealógico para que se propicie a insurreição desses saberes antes considerados inválidos e que, por isso, foram enterrados e excluídos do *mainstream* da disciplina. Bem como se realize além de somente uma inserção desses conhecimentos na hierarquia epistemológica das Relações Internacionais, mas que seja possibilitada a sua ascensão dentro da própria lógica hierárquica.

Desse modo, possibilita-se que o devido reconhecimento possa ser atribuído à importância central exercida pelos contributos de Ibn Khaldun para a compreensão das RI em sua totalidade. Assim, afastando-se, ao mesmo tempo, do tempocentrismo citado por Blachford (2021), ao se distanciar do modelo westfaliano de entendimento do objeto de estudo, bem como possibilitando o apartamento das análises e visualizações históricas do mundo a partir de uma perspectiva eurocêntrica.

29 Original em inglês: *There is no doubt that Ibn Khaldūn's legacy was affected by these distinctions, which are not just a thing of the past, but remain living realities. The very idea of 'Europe,' much like the idea of 'Islam,' is inevitably shaped by sharp contrasts to its others. This idea will continue to live as long as the tension between the exclusionary practices of pseudo-universalizing claims of intellectual history still dictate our critical choices.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a abordar a gênese da hierarquia epistemológica racista presente nas percepções e análises de relações internacionais e como – desde a sua concepção em 1648, com a Paz de Westfália, até a atualidade por meio de sua constante manutenção – essa lógica ocidental/eurocêntrica oportuniza o enterramento epistêmico de concepções que fogem de suas supostas racionalidade, cientificidade e normas constituintes do falacioso padrão a ser seguido nas produções científico-acadêmicas na disciplina de RI.

Esse intuito de ruptura com a logicidade dominante que constrange outras formas de conhecimento fora exemplificado por meio das compreensões de Ibn Khaldun acerca de seus diversos conceitos que perpassam temáticas relativamente às relações internacionais. Dessa forma, *Umran* e *asabbaiyah* concernindo, respectivamente, aos entendimentos sobre civilização e princípio constitutivo, além de abordar também os conceitos de estados soberanos.

Para além, fora exposta a forma como o polímata árabe pode representar um ponto fora da curva do pensamento convencional das RI, tendo em vista que no período entre os séculos XIV e XV – mais de duzentos anos antes do episódio do Tratado de Westfália – tais prismas teóricos já haviam sido apresentados pelo estudioso norte-africano. Dessa forma, as RI precisam se atentar para os desenvolvimentos que precedem a data de 1648.

Assim, essa releitura de narrativas petrificadas em torno do sistema westfaliano representa o término das contemplações de exemplos históricos como a interpretação de um passado sinônimo de atraso e que, por sua vez, acaba por reforçar a centralidade axiomática exercida pela logicidade do *mainstream* científico-acadêmico da disciplina (BLACHFORD, 2021).

Portanto, de modo a proporcionar tal movimento de quebra com a história estabelecida, utilizou-se do método arqueogenealógico para a visualização desse deslocamento histórico embasado pelo empreendimento genealógico dissertado por Foucault (2010). De modo que se tornasse viável uma tomada de atenção para a imprescindibilidade que caracteriza a releitura e o afastamento da cronologia normatizada promovidos pela insurreição e inserção de saberes e epistemes nessa hierarquia racista corrente nas Relações Internacionais.

Assim, torna-se evidente como “a política contemporânea é geralmente vista através das lentes do estado-nação, que é amplamente, mas erroneamente, entendido como tendo suas origens no sistema de estados soberanos que surgiu na Europa em 1648” (BHAMBRA, 2020,

n.p. – tradução livre[30]). Tem-se, então, que do mesmo modo como

> "[...] as relações internacionais negligenciaram questões de raça, a disciplina tem ignorado e desprezado formas alternativas de pensar sobre o mundo que, de acordo com uma compreensão eurocêntrica da história, não se originam no Ocidente" (SMITH, 2020, n.p. – tradução livre[31]).

Portanto e, por fim, deve-se ambicionar não somente a inserção de epistemologias outras nessa estrutura hierárquica, mas também operacionalizar meios de ascensão desses conhecimentos – que outrora foram relegados a posições secundárias, invalidados e mesmo desqualificados – para esferas superiores dentro da hierarquia de saberes. Somente assim vislumbra-se a possibilidade de seus despontamento e circulação de forma livre por diversas produções sem o cerceamento geopolítico que oprime as elaborações científicas situadas fora da bolha ocidental/europeia. Ocasiona-se, assim, uma maior diversidade de narrativas históricas em Relações Internacionais (BLACHFORD, 2021).

30 Original em inglês: *Contemporary politics is generally viewed through the lens of the nation-state, which is widely, but erroneously, understood to have its origins in the system of sovereign states that came into being in Europe in 1648.*

31 Original em inglês: *international relations has neglected race, the discipline has been both ignorant and dismissive of alternative ways of thinking about the world that do not, according to a Eurocentric understanding of history, originate from the West.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, Amitav. *Race and racism in the founding of the modern world order*. International Affairs, v. 98, n. 1, p. 23-43, 2022.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. Confronting the global colour line: An introduction. In: *Race and racism in International Relations*. Routledge, 2014. p. 1-15.

ARRAES, Virgílio. GEHRE, Thiago. *Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

ATAKA, Hiroaki; SHIBASAKI, Atsushi; YAMASHITA, Norihisa. *The Constraints of Change*: Deconstructing the Westphalian Narrative in Theory and Practice. 立命館国際研究, v. 34, p. 2, 2021

BHAMBRA, Gurminder K. Forget Westphalia. The Modern State Was Born from Colonialism. In: *Why Is Mainstream International Relations Blind to Racism*, 2020.

BLACHFORD, Kevin. *From Thucydides to 1648*: the "missing" years in IR and the missing voices in world history. International Studies Perspectives, v. 22, n. 4, p. 495-508, 2021.

BROWN, Garrett W.; MCLEAN, Iain; MCMILLAN, Alistair. *The concise Oxford dictionary of politics and international relations*. Oxford University Press, 2018.

BURCHILL, Scott. *Et al*. *Theories of International Relations*. Palgrave MacMillan. 2005.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *The Penguin dictionary of international relations*. Penguin Group USA, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GROVOGUI, Siba N. *Beyond Eurocentrism and Anarchy*. Memories of International Order and Institutions. Nova York: Palgrave Macmillan, 2006.

HALPERIN, Sandra. *International Relations theory and the hegemony of western conceptions of modernity*. Decolonizing international relations, p. 43-63, 2006.

HENDERSON, Errol A. Hidden in plain sight: racism in international relations theory. In: *Race and Racism in International Relations*. Routledge, 2014. p. 19-43.

KAYAOGLU, Turan. *Westphalian Eurocentrism in international relations theory*. International Studies Review, v. 12, n. 2, p. 193-217, 2010.

LOHAUS, Mathis; WEMHEUER-VOGELAAR, Wiebke. *Who publishes where?* Exploring the geographic diversity of global IR journals. International Studies Review, v. 23, n. 3, p. 645-669, 2021.

PASHA, Mustapha Kamal. *Ibn Khaldun and world order***.** Innovation and Transformation in International Studies, p. 56-70, 1997.

PECEQUILO, Cristina S. *Introdução às Relações Internacionais*: temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SALAMA, Mohammad R. *Islam, Orientalism and intellectual history*: Modernity and the politics of exclusion since Ibn Khaldun. Bloomsbury Publishing, 2011.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SMITH, Karen. Eurocentrism in IR Is a Form of Intellectual Racism. In: *Why Is Mainstream International Relations Blind to Racism*, 2020.

SUNE, Engin. *Non-Western International Relations Theory and Ibn Khaldun*. All Azimuth: A Journal of Foreign Policy and Peace, v. 5, n. 1, p. 79-88, 2016.

TRIPATHI, Siddharth. *International relations and the 'Global South'*: from epistemic hierarchies to dialogic encounters. Third World Quarterly, v. 42, n. 9, p. 2039-2054, 2021.